

Gastos com servidor atingem o menor patamar em 26 anos

Governo tem menor gasto com pessoal em 26 anos

Congelamento de salários e restrição a concursos públicos reduzem despesa

Juliana Sofia e Fábio Pupo

BRASÍLIA Após uma política de contenção de custos no funcionalismo público, o Ministério da Economia prevê encerrar o mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL) no menor patamar de gasto com pessoal em 26 anos.

Números apresentados pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) ao mercado financeiro mostram que essa despesa, que chegou a representar 4,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017 e 2020, deverá cair para 3,4% ao fim de 2022 —menor nível desde 1997, início da série histórica do Tesouro Nacional.

Guedes disse em 2020 que o governo havia colocado uma granada no bolso do inimigo, referindo-se ao congelamento salarial para o servidores.

O movimento é acompanhado pelo menor número de funcionários ativos, que encerrou junho no mais baixo patamar dos últimos 13 anos após uma queda de quase 10% sob a gestão de Bolsonaro. São cerca de 570 mil servidores em atividade, segundo o ministério.

Quando Bolsonaro assumiu o Planalto, em 2019, herdou de seu antecessor um quadro de pessoal com cerca de 630 mil funcionários nas repartições públicas federais. Em 2017, esse número chegou a um pico de 664 mil funcionários ativos.

A Economia diz que a queda no número de servidores foi possível graças ao avanço da digitalização na administração federal. Hoje, cerca de 4,8 mil serviços estão disponíveis na plataforma Gov.br. A automação abre caminho para diminuir a taxa de reposição de servidores aposentados, afirma a pasta.

"A força de trabalho, antes usada para muitas atividades operacionais repetitivas, vem sendo direcionada para atribuições mais estratégicas, que valorizam e garantam um atendimento cada vez melhor aos cidadãos", diz, em nota.

Guedes costuma afirmar que está em curso uma "reforma administrativa silenciosa", após não ter conseguido aprovar uma reestruturação mais ampla no funcionalismo público enviada ao Congresso em forma de PEC (proposta de emenda à Constituição) em 2021. Um dos objetivos do

texto era criar novas formas de contrato de trabalho entre servidores e poder público para evitar a instabilidade.

Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), contesta a visão positiva da pasta, dizendo que o número de servidores caiu 12% desde a década de 1990, enquanto a população cresceu 42% no período.

Ele diz que isso demanda mais serviços públicos, em especial em saúde e educação —"por mais que as tecnologias possam ajudar". Em suma, a economia deu-se a partir da redução da quantidade e da qualidade dos serviços levados à população", diz Marques.

O governo afirma que também contribuiu para a redução de pessoal o corte de funções e gratificações do Executivo federal em 2019. Segundo a pasta, foram extintos 159 cargos, além de 4.941 funções e 1.487 gratificações, com economia estimada em R\$ 195 milhões por ano.

Mauro Silva, presidente da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), reconhece que a atuação do Estado e do serviço público pode passar por ajustes, mas diz que a falta de reposição de pessoal pode gerar problemas graves.

"Nós temos muita gente se aposentando e não há uma reposição. Ajuda de quem reduzir servidores é bom só existe na cabeça de quem não valoriza a boa atuação estatal", afirma.

Ele também diz que órgãos especializados como a Receita podem registrar um ritmo tão grande nas aposentadorias a ponto de não ser possível passar às novas gerações o conhecimento acumulado.

"Se é que é isso pode ser chamado de política de pessoal, ela ser feita sem um critério acaba sendo prejudicial para o país", diz. "Esse governo demonstrou que a única política de pessoal dele é um massacre do servidor e colocar granada no bolso do servidor".

Outro fator para a queda dos gastos foi a falta de reajustes nos últimos anos. Na pandemia, Guedes articulou a aprovação de um dispositivo legal, sancionado em maio de 2020, que impediu aumentos no funcionalismo público até o fim de 2021.

A legislação também proibiu o poder público de fazer concursos até o fim de 2021, a não ser para repor cargos de chefia sem acarretar em aumento de despesa, entre outros casos.

Sem reajuste amplo desde 2018 (exceto categorias com remunerações mais elevadas, que tiveram reajuste em 2019), servidores pressionaram

Executivo e Congresso, sem sucesso, apesar de promessas feitas por Bolsonaro.

Para 2023, primeiro ano do novo mandato presidencial, há uma reserva de R\$ 11,7 bilhões na LDO (Lei Diretrizes Orçamentárias) para reajuste. O governo estuda usar a inflação projetada para 2023 como referência.



Servidores do executivo federal fazem protesto na frente da sede do Banco Central, em Brasília. Pedro Ladeira/Folhapress

Em queda

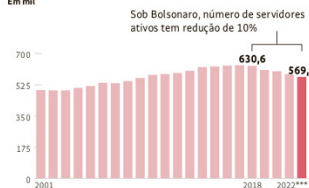
Gastos com pessoal e encargos sociais*

Em % do PIB



Servidores ativos do Executivo federal**

Em mil



* Excluídas sentenças judiciais e precatórias.

** Não inclui servidores do IC da carreira de inteligência da Abin.

*** Dados de junho de 2022.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 17